# ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO INCLUSÃO

MARCILENE FRANCISCA DA SILVA

RESUMO
O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma política nacional de educação especial voltada para a educação inclusiva, em 2008 publicada pelo Ministério da Educação (MEC) e alcança um novo marco teórico, legal e organizacional da educação pública brasileira. A presença de pessoas com deficiência sempre foi uma realidade, como também a sua não aceitação, vindo tanto da família quanto de fora do seio familiar. Apenas no século XIX que a história da Educação Especial se iniciou, de antemão, antes as pessoas com deficiência eram abandonadas e negligenciadas. O presente estudo tem como justificativa pela relevância na qual o atendimento integral especializado e a educação integral têm no cenário atual do aprofundamento e políticas educacionais mediante as diretrizes educacionais.
PALAVRAS-CHAVE: AEE; Inclusão; Educação; Especializado; Direito.

ABSTRACT
Specialized Educational Assistance (AEE) is a national special education policy aimed at inclusive education, published in 2008 by the Ministry of Education (MEC) and achieving a new theoretical, legal and organizational milestone in Brazilian public education. The presence of people with disabilities has always been a reality, as has their non-acceptance, both within the family and outside the family. It was only in the 19th century that the history of Special Education began, before that, people with disabilities were abandoned and neglected. This study is justified by the relevance that comprehensive specialized assistance and comprehensive education have in the current scenario of deepening and educational policies through educational guidelines.
KEY-WORDS: AEE; Inclusion; Education; Specialized; Law.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco abordar sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). É uma importante política de inclusão no contexto educacional, destinada a garantir que estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tenham acesso ao ensino de qualidade em condições de igualdade. Esse atendimento é uma forma complementar ao ensino regular, visando promover o desenvolvimento das potencialidades e habilidades desses alunos, respeitando suas necessidades específicas.

O AEE tem como objetivo oferecer suporte pedagógico e recursos adaptados que auxiliem no processo de aprendizagem e na superação de barreiras educacionais, garantindo a inclusão efetiva desses estudantes no ambiente escolar. Ele pode ocorrer em salas de recursos multifuncionais dentro da escola ou em centros especializados, sempre em articulação com o currículo comum.

A inclusão educacional, nesse contexto, não se resume apenas ao acesso à escola, mas envolve a participação ativa dos estudantes com necessidades específicas no ambiente escolar, respeitando suas diferenças e promovendo uma educação equitativa e inclusiva para todos.

## DESENVOLVIMENTO

### Atendimento Educacional Especializado

A política do Atendimento Educacional Especializado (AEE) inicia no bojo de políticas federais de radicalização da proposta pró-inclusão, depois de 2000. Tal política dar acesso, a permanência e a aprendizagem de alunos com transtornos globais e deficiência e altas habilidades e superdotação (KASSAR, 2011).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2009 e a Política Nacional de Educação Especial voltada para a Perspectiva da Educação
Inclusiva, de 2008, são marcos que representam, pois protegem que a educação escolar dos alunos deve acontecer na sala de aula, quando necessário, ter acompanhamento, de serviços de apoios especializados.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino destinada a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilida-

des ou superdotação, que necessitam de um suporte educacional diferenciado para promover sua aprendizagem e inclusão na escola regular. O AEE não substitui o ensino comum, mas complementa-o, oferecendo recursos e serviços específicos conforme as necessidades de cada estudante (PIETRO, 2010, p. 67).

O atendimento pode ser realizado em salas de recursos multifuncionais, centros especializados ou instituições conveniadas. Nessas salas, os alunos têm acesso a equipamentos, materiais didáticos e tecnologia assistiva, além do apoio de professores capacitados para desenvolver atividades pedagógicas que visam à superação das barreiras que limitam a plena participação do aluno no processo educacional.

O AEE tem como intento garantir o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, promovendo sua autonomia, comunicação e interação social, bem como o avanço em sua formação acadêmica e pessoal. O atendimento também se estende ao apoio à família e à comunidade escolar, com orientações e adaptações necessárias para que a inclusão seja eficaz e significativa (BRASIL, 2009ª).

A AEE tem como política os princípios da educação inclusiva, que preconiza a escola como um espaço para todos, onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, assegurando o direito de cada aluno a uma educação de qualidade e que respeite suas singularidades.

O professor é responsável por através do estudo de caso do estudante com deficiência, elaborar o Plano de AEE. Sendo assim, no documento deve haver medidas de acessibilidades fundamentais para que garanta a participação em todas as escolas, além de orientações aos monitores, professores e familiares (BRASIL, 2014b).

Tais orientações quando se trata da necessidade da educação especial é preciso que tenha articulações nas práticas da escola para que assim garanta a acessibilidade. A educação especial pode se validar através da oferta de serviços de apoio especializados direcionados a excluis as barreiras que obstruir no método de escolarização dos estudantes deficientes.

De acordo com o AEE localizado no inciso III supracitado, em sintonia com o artigo 208 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1998), aborda que:

(i) O artigo 208 do capítulo III – Da Educação, do Desporto e da Cultura – ressalta que o Estado é responsável por ofertar educação, sendo validado de acordo com a garantia de: "[...] o estudante com deficiência tenha atendimento educacional especializado, de modo preferencial na rede regular de ensino" (MANTOAN, 2006, p. 27);

(ii) Quando se fala em "preferencialmente" remeter-se ao "atendimento educacional especializado (AEE)", relata então a diferença no ensino para melhor atender cada especificidade dos estudantes com deficiência (BRASIL. 2013a).

De acordo com a lei nº 12.796 de 2013 deixa estabelecido as diretrizes e a bases da educação nacional, para preparar sobre a formação dos profissionais que são da educação e assim tomar outras providências.

Sendo assim Brasil 2013a, deixa claro no art. 4, incisos I e III:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;
b) ensino fundamental;
c) ensino médio; [...]

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2013a).

De antemão, são participantes de tal modalidade de ensino os estudantes público-alvo da educação especial para os estudantes com deficiência intelectual, física, auditiva e visual, além de altas habilidades ou superdotação e com transtorno global de desenvolvimento.

INCLUSÃO ESCOLAR

O acesso à escola de modo gratuito na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205 relata que:

A Educação é um direito de todos e dever do Estado. Além de ser condição indispensável para a garantia de tal premissa constitucional e para que se complete na totalidade do seu sentido, tem o dever de estar acompanhada

de procedimentos que vão assegurar as condições para sua concretização. O aprendizado ocorre de costume continuado e progressivo, e também requer ferramentas que consigam possibilitar o seu desenvolvimento, sabendo-se que a criança carece de tempo para brincar (artigo 205, CF 1988).

É essencial que o professor tenha consciência de que a inclusão é crucial dentro da sala de aula e é fundamental que o educador tenha uma formação continuada que possibilite o encontro com a realidade em que os alunos se encontram.

A questão dificultosa de aprendizagem através de várias pesquisas pode estar associada com muitos fatores, assim como: o ambiente físico, o método usado na sala de aula, o seu dia a dia e entre outros. Porém, vários alunos podem demonstrar dificuldades na questão de aprendizagem, somente por não se adaptar aos métodos pedagógicos.

De antemão, é fundamental que o professor consiga distinguir que cada aluno tenha uma maneira distinta de aprender, ainda mais alunos que necessitam da inclusão dentro da sala de aula.  E, por se tratar de questões psicopedagógicas, as dificuldades de aprendizagem conseguem ser solucionadas no ambiente escolar.

Há um bom tempo a área educacional tem acompanhado a uma tendência na qual apresenta alternativas para que facilite o aprendizado desses alunos com maior dificuldade em aprender, pois não conseguem acompanhar o método tradicional em sala de aula.

Com isso, as metodologias ativas, trabalhada junta com as tecnologias assistivas, acabam simbolizando o caminho que necessitava para tornar o ensino ainda mais acessível aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

O aluno que aparenta ter dificuldade de aprendizagem acaba se sentindo rejeitado por seus próprios colegas. Contudo, trabalhar a inclusão através das metodologias ativas na sala torna-se importantíssimo. Ressaltar ao aluno que todo mundo possui uma peculiaridade e isso é normal.

O professor tem que estar atento, pois as dificuldades têm capacidade de acontecer muitos fatores orgânicos e/ou até mesmo emocionais. É fundamental que tais dificuldades sejam diagnosticadas corretamente, para que consigam auxiliar no desenvolvimento do processo educativo.

De antemão, o lúdico poderá ajudar de maneira satisfatória quando se trata da inclusão em sala de aula, para unir todas essas diferenças e tornar em uma só. Pois, o movimento lúdico, de modo simultâneo, transforma-se fonte satisfatória de conhecimento, é nele que a criança consegue construir classificações, desenvolve a afetividade, o psicomotor e amplia os conceitos de muitas áreas da ciência

Mediante com o Referencial Curricular Nacional para a Educação (1998, p. 28): diz que as brincadeiras de faz-de-conta, além dos jogos de construção e também os que têm regras, didáticos, corporais e entre outros, trazem a ampliação dos conhecimentos do indivíduo através do meio lúdico.

E, contudo, sobre tal ponto de visão que o lúdico vira de total importância para a educação, inclusive para todas as séries, pois é comum imaginar a brincadeira, fantasia e o no jogo, como atividades relacionadas somente na infância.

Nesse ponto de vista o lúdico acaba se tornando muito fundamental na escola, porque através dele a criança consegue fazer ciência do mundo em que ela está inserida, além de trabalhar com o imaginário e produzir de maneira complexa de compreensão e de reformulação de sua experiência no dia a dia.

É crucial que o professor tenha consciência de que a inclusão de fato é vista dentro da sala de aula, e que ele deve ter uma formação continuada para se adaptar com a realidade de cada é atendido na escola. Portanto, o professor sendo o conhecedor do processo de ensino-aprendizagem na escola, ele se depara com alunos distintos tanto no social, cultural quanto no étnico

A inclusão deu surgimento não apenas para os alunos diferentes, mas para que se entendesse uma demanda bastante diversificada, através de interesses diferentes individuais, na maneira de aprender e de compreender as diferenças De acordo com Mantoan (1998) relata que:

“à inclusão ocasiona uma transformação de perspectiva educacional, pois não é limitada em apenas ajudar o estudante que demonstram dificuldades na escola, mas apoia a todos, sendo estes professores, pessoal administrativo, aluno para que obtenham sucesso

na educação escolar de maneira geral."

É comprovado que o professor necessite em rever o seu fazer pedagógico e que seja conhecedor do processo de desenvolvimento no qual cada aluno se encontra. Nos últimos anos o sistema educacional no país enfrentou muitas modificações e tem conseguido cada vez mais ter respeito quando se fala em diversidade, com isso gera a garantia de uma convivência e a aprendizagem de todos os alunos.
As práticas educacionais que são desenvolvidas no período atual acabam promovendo a inclusão no ambiente escolar regular dos alunos portadores de deficiências físicas, visual, auditiva, intelectual e múltipla, além do transtorno global do desenvolvimento e os alunos com altas habilidades, conseguem revelar modificações de paradigmas nas quais são incorporadas através das equipes pedagógicas.
Contudo, tais ações conseguem evidenciar os esforços dos professores quando se trata em ensinar a turma de modo geral e representar um conjunto importantíssimo de experiências.
Como modalidade de ensino a educação especial ainda estar se propagando no contexto escolar. Contudo, para que consiga se tornar efetiva é necessário arrumar redes de apoio que vão complementar o trabalho do professor.
Sabe-se que a exclusão de crianças e jovens que tem dificuldades de aprendizagem no Brasil dentro do sistema educacional é existente. A cada ano que passa mais e mais crianças não atingem nem o mínimo dos intentos curriculares que é esperado para a série em que o aluno estar e, com isso, começam a compor o patamar de alunos com dificuldades de aprendizagem.
Contudo, apesar dessa gravidade no Brasil, as causas e o levantamento do número certo de alunos que tem dificuldade de aprendizagem, são desconhecidos ainda. Pois, não existe consenso quanto à elegibilidade ou até mesmo na identificação desses alunos.
De antemão, não existe uma preocupação pelos sistemas de ensino em obter um diagnóstico mais resumidamente quando se trata das condições orgânicas, psicológicas, sociais, orgânicas e intelectuais desses alunos, que necessitam da educação inclusiva.
Outro fator sabido é que uma grande porcentagem dos alunos das escolas no Brasil demonstra insucesso escolar, e tem como característica comum de tal grupo é a questão de não conseguir aprender os conteúdos básicos nos quais são previstos para a série compatível a sua faixa etária.
Mediante de tal quadro que é incerto, os alunos que apresentam ter dificuldades na aprendizagem ficam pulando entre a educação regular e a educação especial. Tanto que existem alunos que chegam a conviver as salas de recursos voltadas para os deficientes mentais, além de programas compensatórios ao seu período oposto da aula.
Mediante Senf (1981) em relação às dificuldades de aprendizagem aborda que:
[...] é considerada uma área bastante obscura que fica entre a defectologia e a normalidade.
O autor ainda cita que os professores que passam ensinamentos para tais alunos de modo raro não sugerem o encaminhamento para a educação especial sendo assim, portanto, pensarem em modelos diferenciados e dinâmicos, tanto de avaliação quanto de intervenção.
Ou seja, a dificuldade de aprendizagem é considerada como um fenômeno completamente complexo e que abarca uma gama de diversidade de critérios, teorias e conceitos. Quando não se tem uma teoria coesa e sólida baseada em estudos científicos dá à explicação da ambiguidade, assim como a falta de fidedignidade e legitimidade da definição das dificuldades de aprendizagem.
Ao se pensar em trabalhar na sala de aula com atividades diferenciadas para os alunos que tenha dificuldade de aprendizagem, uma boa alternativa é levar a utilização da tecnologia para a sala de aula.
Pois, a partir do momento em que leva algo diferente para o ambiente escolar, traz vários elementos positivos, tanto na inclusão quanto na potencialização do aprendizado.
Acredita-se que a escola seja um dos espaços principais onde as metodologias ativas devem ser utilizadas para que promova a diminuição de tais dificuldades, além da garantia de que todos os alunos possam aprender e ainda por cima trabalhando a educação inclusiva.
Para que se tenha uma aprendizagem mais significativa é crucial que o professor desperte na criança o seu interesse e a sua curiosidade para aquilo que quer ensinar, sendo fundamental assim fazer a utilização de recursos

pelos quais os alunos consigam se sentirem envolvidas, auxiliando também na inclusão dos alunos que tem dificuldades em aprender.
A educação inclusiva presume uma reorganização no sistema educacional de maneira que garanta o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem a todo indivíduo em idade escolar.
É essencial trabalhar a inclusão desde a Educação Infantil, pois assim a criança consegue de adaptar ao ambiente escolar e consiga dar segmento aos seus estudos futuros, sem ter dificuldades maiores.
De antemão, é crucial que os gestores, professores e a equipe pedagógica em geral têm a necessidade de ter um preparatório e engajamento para que oferte todo o suporte e a atenção necessária para as crianças.
O ambiente escolar é um espaço democrático, na qual deve estar aberto e acima de tudo preparado para que possa receber os alunos. A fase inicial da formação acadêmica, a Educação Infantil, é a fase inicial da formação acadêmica. É representado o primeiro contato das crianças com o universo vasto de aprendizados e de novas descobertas.
Contudo, a inclusão neste momento é muito essencial, pois além de todos os desafios em que a criança irá ter ao começar a sua socialização, é necessário sempre levar em conta que é um dos momentos iniciais no qual o estudante estará longe dos olhares da sua família.
Todos perante a lei têm o direito à educação, ressaltando que qualquer maneira de restrição voltada a isso é errado e impede que tal direito esse executado. Devido a isso, o diálogo mediante a inclusão desde a educação infantil consegue ser fortalecer ao passar dos anos.
Há muito tempo, a educação inclusiva acontecia de modo paralelo, através de instituição de ensino voltada para esta área. Só que, várias escolas começaram a investir em ações reais de inclusão para que assim, todas crianças consigam aprender e a se desenvolver no mesmo ambiente, respeitando o tempo e a necessidade de cada indivíduo.
Com isso, a escola tem o dever de ofertar atividades no dia a dia em que o aluno da educação infantil consiga cultivar a cidadania, respeito, companheirismo e vários outros valores que são vistos como fundamentais para a formação de pessoas éticas, justas e que acima de tudo consiga respeitar as diferenças de cada um e que contribui para o acréscimo de todos.
Para o aluno que é portador de necessidades especiais, a participação de um processo de inclusão é de suma importância para que ela consiga ter acesso a estratégias multidisciplinares, no qual irão auxiliar nas competências, habilidades motoras, cognitivas e emocionais, além do desenvolvimento da linguagem que são cruciais para a formação da criança.
É fundamental que os professores e os gestores estejam bem capacitados para esse acompanhamento, até porque a inclusão é uma etapa muito repleta de desafios e complexa, só que é bastante fundamental para que assim as crianças consigam ter estímulos desde a educação infantil e ir preparando para os seus próximos passos, que continuam sendo desafiadores.
O movimento chamado inclusão escolar é relativamente novo e ao se levar em consideração o enorme período de exclusão escolar em que minorias marginalizadas historicamente viveram muitas das vezes impedidas de usarem das oportunidades educacionais que eram disponibilizadas ao que tinham acesso à educação.
A educação inclusiva presume uma reorganização no sistema educacional de maneira que garanta acesso, permanência e condições de aprendizagem voltada a toda população em idade escolar. De antemão, a história da educação de pessoas com deficiências demonstra um quadro de total exclusão.
Tais pessoas eram institucionalizadas e passavam longe do convívio social de modo geral, no qual eram separados em escolas ou até classes especiais estabelecidas mediante com as suas características e deficiências. Ou seja, era entendido que suas participações em ambientes comuns eram somente possíveis através de um processo de normalização.
Através do processo de redemocratização da educação brasileira através da Constituição Federal de 1988, a educação de pessoas portadoras de deficiência passou a ser garantida.
Em tal perspectiva, torna-se essencial que o professor trabalhe voltado em adequar o ensino mediante das necessidades específicas que os alunos com deficiência apresentam.
Uma educação inclusiva tem como objetivo

respeitar a individualidade de cada aluno com deficiência, sempre procurando levar respostas suficientes para a vasta necessidade que é apresentada de modo individual, além de superar toda e qualquer dificuldade que venha prejudicar a sua aprendizagem e participação.
Um educador que tem em mente o uso da perspectiva de inclusão necessita ter um olhar crítico e diferenciado para o desenvolvimento do aluno que tenha necessidade específica e ser capaz de proporcionar ao aluno a diversidade de práticas pedagógicas, como por exemplo, as metodologias ativas que auxilia de modo fundamental quando se trata da educação inclusiva na educação infantil.
De antemão, é notório que a sociedade é atingida constantemente pelos avanços científicos e tecnológicos e, sendo assim, as modificações na dinâmica social acabam interferindo de modo direto no contexto escolar, mormente na prática pedagógica do professor.
Através da metodologia ativa consegue compreender que ela prioriza o protagonismo dos alunos nos processos de aprendizagem. Acompanhando essa lógica, o educador se ver desafiado a inserir o aluno no centro das suas ações, sendo o mediador e/ou orientador das atividades em vez de ser um mero transmissor de conhecimentos.
A educação inclusiva tem função essencial na sociedade contemporânea, tendo como objetivo refletir, debater e propor as ações para que se supere a exclusão dentro da escola.
Porém, ao mesmo tempo se depara como desafio para os governos, a sociedade e as pessoas com necessidades ou não, pois requer modificações de paradigmas e concepções e, ainda, investimento, estudo e capacitação dos profissionais da educação.
Para que se garanta o direito à educação de todas as crianças são fundamentais que se tenham estratégias metodológicas para que superem os modelos tradicionais, a metodologia ativa é um molde de que se podem vislumbrar as possibilidades de ingresso ao processo de aprendizagem e de ensino de todos os alunos dentro da sala de aula.
Contudo Ferrarini; Saheb e Torres (2019, p. 25) no conceito das metodologias ativas abordam que:

[...] necessariamente implica em inserir a aprendizagem como centro do processo no qual o aluno seja mobilizado, tanto externamente quanto internamente, a produzir conhecimentos, através das atividades que vão possibilitar o desenvolvimento de vários e os complexos processos cognitivos, sendo o próprio protagonista do seu aprendizado, normalmente a partir de problemáticas a serem resolvidas ou também das temáticas a serem exploradas, tendo interação com os colegas e o professor [...].

Ou seja, os autores sugerem uma ampliação de possibilidades de participação do aluno portador de deficiência, contudo, para que isso realmente se efetiva, Moran (2015) aborda que é muito necessário que a estrutura física da sala de aula e da escola seja reconfigurada, sempre levando em consideração a concepção de aluno mais participativo e ativo do processo, ou seja, a aprendizagem centrada no próprio aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
O AEE é destinado a estudantes com deficiência, altas habilidades ou superdotação e transtornos globais que precisam de um suporte diferente para promover a inclusão e a aprendizagem na escola de ensino regular.
Contudo, o AEE não substitui então o ensino comum, mas sim tem o papel de complementar, ofertando serviços e recursos específicos de acordo com as necessidades de cada estudante.,
A educação inclusiva presume uma reorganização no sistema educacional de maneira que garanta o acesso, a permanência e as condições de aprendizagem a todo indivíduo em idade escolar.
A trajetória da educação de pessoas com deficiência apresenta quadro de total exclusão. Essas pessoas eram institucionalizadas e não viviam perto do convívio social de modo geral, na qual eram separados em escolas ou até mesmo turmas específicas estabelecidas mediante com as necessidades e deficiências.
Ou seja, era compreendido que sua participação em “ambientes comuns” só era aceitável através do processo de normalização. A educação inclusiva tem um papel essencial na sociedade contemporânea, tendo como objetivo refletir, debater e propor as ações para que se supere a exclusão dentro da escola.
Porém, ao mesmo tempo se depara como

desafio para os governos, a sociedade e as pessoas com necessidades ou não, pois requerem modificações de paradigmas e concepções e, ainda, investimento, estudo e capacitação dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS


BRASIL. Congresso Nacional. Plano Nacional de Educação: Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. 2007.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009a.

Art. 205 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_. asp#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20direito%20de%20todos,-sua%2 0qualifica%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20trabalho> Acesso em: 23/08/2024 BARBOSA, João Paulo. Estratégias Ativas estimulam o Ensino e Promovem Inclusão. Disponível em: <https://www.unoeste.br/noticias/2018/7/estrategias-ativasestimulam--o-ensino-e-promovem-inclusao> Acesso em: 23/08/2024

BARROS, JUSSARA DE. Dificuldades de Aprendizagens. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/dificuldades-aprendizagem.htm> Acesso em: 23/08/2024

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais./ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997. V.7

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação Inclusiva na Educação Infantil. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124965/ISSN1809-0249-201208-12-81-95.pdf;sequence=1> Acesso em: 23/08/2024

FRANÇA, Luísa. O que é Dificuldade de Aprendizagem e como contorná-la? Disponível em: <https://www.somospar.com.br/dificuldade--de-aprendizagem/> Acesso em: 23/08/2024

LEMES, Marilene Ferreira. Dificuldade de Aprendizagem na Educação Especial. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/dificuldadeaprendizagem-na-educacao-especial.htm> Acesso em: 23/08/2024

Liberty, Kathleen & Haring, Norris Establishing Inclusive School Communities, in Haring, Norris & Romer, Lyle T. Welcoming Students who are Deaf-Blind into Typical Classrooms. Baltimore: Paul Brookes Publishing C0. .1995.

MANTOAN, M.T.E. "Educação de deficientes mentais: O itinerário de uma experiência". Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 1987, dissertação de mestrado.

MARTINS, Celiane Alves. Alfabetização do Educando com Dificuldades de Aprendizagem. Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/alfabetizacao-educando-com-dificuldades-aprendizagem.htm> Acesso em: 23/08/2024

MASINI, Elcie F. Salzano. Psicopedagogia % Inclusão – o papel do profissional e da escola. Disponível em: < http://revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/466/psicopedagogia---inclusao---opapel-do-profissional-e-da-escola> Acesso em: 23/08/2024

SOPHIA BLOG. Educação Infantil: como trabalhar a inclusão na escola. Disponível em: <https://www.sophia.com.br/blog/educacao--infantil-como-trabalhar-a-inclusao-naescola> Acesso em: 23/08/2024

SAHEB; TORRES; FERRANI. Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/15762> p. 9; 23-24. Acesso em: 23/08/2024

SENT, C. J. P. Afetividade e Inteligência. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 1981.

SOTERO, Mariana da Cunha; CUNHA, Eliaa Briense Jorge; GARCIA, Valéria Aroeira. Educação Integral e Atendimento Educacional Especializado: como essas políticas são implementadas ao mesmo tempo? Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/qTB6yY-

F7WnVZG3yBb66YFSs/?format=pdf&lang= pt>
Acesso em: 16 de agosto de 2024
Vasquez, A. Oury, F Vers une pédagogie institutionnelle. Paris: Fançois Maspero, 1967
VILCHEZ, Wellington. Como pensar na inclusão durante a Educação Infantil? Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15224/como-pensar-na-inclusaodurante-a-educacao--infantil Acesso em: 23/08/2024